

Contrastes e confluências: relações culturais e intelectuais entre o México e o Brasil durante as décadas de 1920 e 1930

Regina Crespo *

*As relações entre o México e o Brasil foram sempre felizes:
por isso não têm história.*

Manuel Tello
Secretário das Relações Exteriores do México, 1963.

Para acompanhar a história das relações culturais e intelectuais entre México e Brasil, de 1920 a 1940, o presente trabalho pretende estabelecer um quadro comparativo em torno de três eixos temáticos: 1. o papel desempenhado pela questão nacional no panorama intelectual brasileiro e no mexicano; 2. o lugar da América Latina na agenda cultural e política dos dois países, e particularmente a atenção que mexicanos e brasileiros destinaram às relações binacionais durante o período; 3. o papel de seus intelectuais na construção de projetos culturais, dentro ou fora da esfera do Estado.

Para desenvolver brevemente esses três pontos, é necessário observar primeiramente que não se pode separar a história das relações culturais e intelectuais entre México e Brasil da história de suas relações diplomáticas. Podemos observar que países como estes, geograficamente distantes e entre os quais a diferença de idiomas constitui uma barreira (no México, inclusive entre o público mais especializado, o português continua sendo uma língua estrangeira e longínqua), acabam por tomar as relações diplomáticas como lugar privilegiado ou ponto de partida para o estabelecimento de diálogos, contatos y projetos culturais conjuntos.

O período analisado neste texto abrange o processo de consolidação das relações diplomáticas entre o México e o Brasil. Nesse sentido, eis aqui um dado significativo: apesar de que os dois países estabeleceram relações diplomáticas em 1831, apenas em

* Centro Coordinador y Difusor de Estudios Latinoamericanos

1922, o governo mexicano (31 de janeiro) e o brasileiro (10 de março) transformaram suas legações diplomáticas em embaixadas. Tal decisão não foi resultado da aproximação e colaboração naturais entre os dois países, mas sim de uma ação mais incisiva por parte do governo mexicano, que necessitava conquistar uma visibilidade maior ao sul do continente e vencer a propaganda negativa acerca do país, que os Estados Unidos veiculavam na região de maneira intensa. A partir de meados dos anos 10, o presidente Venustiano Carranza adotou essa estratégia que, sob a direção de Isidro Fabela, nomeado em 1916 como “enviado extraordinário e ministro plenipotenciário” ante os governos do Brasil, Argentina, Uruguai e Chile, contou com o apoio estratégico de vários intelectuais e escritores conhecidos no papel de “ministros” ou “enviados especiais” a países sul-americanos.¹ O presidente Álvaro Obregón reforçou esse trabalho de aproximação, com o envio do então secretário de Educação Pública José Vasconcelos como embaixador extraordinário para os festejos do centenário da independência do Brasil e para a cerimônia de transmissão da presidência da Argentina das mãos de Hipólito Irigoyen às de Marcelo de Alvear. Em seu famoso livro *La raza cósmica*, Vasconcelos recordaria com entusiasmo a enorme impressão que o desenvolvimento econômico, a harmonia social, a estabilidade política e as belezas naturais que afirmava haver conhecido em ambos os países lhe haviam ocasionado. Em suas “Notas de viagem”, recordaria também os interessantes contatos políticos e intelectuais que travara e as impressionantes cerimônias oficiais, cívicas e estudantis das quais participara. O impacto que esta viagem lhe causou ajudou-o a defender a necessidade de uma maior aproximação entre o México e os países sul-americanos, em uma espécie de união continental estratégica que não somente reforçasse a região, como principalmente freasse a expansão e a interferência estadunidense sobre ela.

A alusão aos comentários de Vasconcelos tem como objetivo chamar a atenção sobre um elemento chave para entender as relações entre o México e o Brasil: exatamente o papel desempenhado pela questão nacional no panorama intelectual dos dois países e a sua influência sobre a política de cada um deles com relação à América Latina. Vejamos: a década de 1920 representou um período relativamente mais calmo entre os mexicanos, depois de dez anos de guerra civil. Obregón assumiu a presidência do país defendendo uma plataforma de reconstrução. No chamado México pós-revolucionário a preocupação pela

definição de uma cultura nacional era premente. Com um país economicamente devastado e frente a um processo inevitável de reacomodação dos distintos setores sociais e políticos ao novo contexto, era urgente a elaboração de um plano de unidade nacional. O Estado foi, evidentemente, o grande condutor desse movimento que -com o risco de ser um tanto simplista- iniciou-se com o projeto educativo-cultural elaborado e levado a cabo por Vasconcelos e culminou na criação do Partido Nacional Revolucionário, futuro PRI, pelo ex-presidente Plutarco Elías Calles, em 1929.²

Ainda que o plano original de Vasconcelos tenha sofrido uma série de mudanças substantivas depois de sua abrupta saída do ministério em 1924, sua aplicação levou ao estabelecimento de alguns eixos temáticos básicos que fundamentaram a ação educativa e a produção de uma imagem do país como produto da mestiçagem e do intercâmbio cultural, sob uma evidente hegemonia hispânica. O espiritualismo latino (defendido por Vasconcelos, numa inconfundível leitura ariologista), capaz de se sobrepor ao duro pragmatismo saxão, transformaria o México numa espécie de bastião frente à invasão dos valores e idéias saxônicas, provenientes do temido Calibam do norte. Afirmção nacional, construção de uma tradição própria e definição das origens dessa tradição fizeram parte do projeto ideológico hegemônico entre os intelectuais dos anos vinte e também dos anos trinta e serviram como eixo estrutural do novo Estado mexicano. Nesse contexto, a importância do México no contexto latino-americano era tema premente, assim como a necessidade de alcançar uma visibilidade continental, primeiro passo para qualquer projeto de liderança regional que o México pudesse exercer.

No Brasil dos anos vinte, a situação era muito diferente da que se vivia no México. Na relativa modorra da “República Velha”, não parecia haver nem entre os políticos, nem entre os intelectuais, uma grande preocupação em refletir sobre as relações entre o Brasil e os vizinhos hispano-americanos. Na realidade, o isolamento do Brasil era de certa maneira justificado e inclusive estimulado, com a justificativa muito mais ideológica que real de que o país era uma ilha de tranqüilidade circundada por “republicuetas” instáveis.³ Além disso, o tema da tradição e da identidade nacionais caminhava por outras vias. Sem a necessidade de fazer com que os grandes setores sociais habitualmente marginalizados se sentissem representados pelo Estado e seu governo, e sem ter que reacomodar ou contentar as diversas elites regionais que, de uma ou outra maneira, estavam conformadas neste

momento com a hegemonia mineiro-paulista, os políticos da “República dos bacharéis” não se preocupavam muito com o assunto.⁴ Os intelectuais e artistas, por sua vez, começavam a travar uma batalha no campo estético e ideológico. Nesse momento, tal batalha separava cosmopolitas de nacionalistas. Depois, a partir de 1930, com o início da chamada “era Vargas”, fundamentaria grande parte da política -agora sim- de cunho nacional e nacionalista, dirigida pelo Estado.

Cabe observar desde já a presença de muitas similaridades entre o plano educativo-cultural que foi sendo desenvolvido durante a longa presença de Vargas no poder, e o projeto orquestrado por Vasconcelos durante a presidência de Obregón –guardadas, evidentemente, as diferenças e especificidades históricas e dadas as distintas matrizes ideológicas de cada caso. O propósito de unificar e homogeneizar o país cultural e ideologicamente recebeu atenção especial do Estado brasileiro que, como no México de Vasconcelos, assumiu o papel de mecenas. No entanto, sob a direção do ministro Gustavo Capanema, que, diga-se de passagem, nunca dispôs da autonomia de Vasconcelos, implementou-se, principalmente durante a etapa do Estado Novo, um modelo nacionalista de caráter conservador, no qual o culto aos símbolos e líderes pátrios funcionou como base de sustentação. A questão da integração do Brasil no continente latino-americano e a discussão sobre o seu papel na região não faziam parte da agenda ideológica do momento.

Esta brevíssima análise contextual nos ajuda a entender, creio eu, a insistência do governo mexicano, no início dos anos vinte, para que o México e o Brasil substituíssem suas legações por embaixadas. Ajuda a entender, também, a aposta de Obregón na visita oficial de seu flamante ministro aos dois principais países do subcontinente, como uma espécie de porta-voz e propagandista do México pós-revolucionário. E, finalmente, como veremos a seguir, explica a decisão do governo mexicano de designar como embaixador do México, primeiro na Argentina e depois no Brasil, o renomado escritor Alfonso Reyes. Como já comentamos, no México a questão nacional -inclusive pelas circunstâncias do país, sempre à mercê da ameaçadora vizinhança dos Estados Unidos- incluía a discussão e a definição de um papel de peso para o país também em termos continentais. O apoio dos governos ibero-americanos e o desenvolvimento de uma presença mais visível ao sul do continente eram elementos vitais para o fortalecimento interno e externo do México pós-revolucionário.

Alfonso Reyes chegou ao Rio de Janeiro oito anos depois da visita de Vasconcelos. Intelectual refinado, Reyes havia dado um *glamour* especial à embaixada mexicana na Argentina, que dirigiu a partir de 1927. Esta foi, provavelmente, uma das razões pelas quais foi obrigado a trocar a rotina cultural agitada e interessante que mantinha na cosmopolita Buenos Aires, pela vida que supunha pouco intelectualizada do trópico carioca. Reyes foi inegavelmente um personagem importante para as relações entre o México e o Brasil. Durante os quase seis anos em que serviu como embaixador, viveu situações difíceis e cumpriu missões delicadas, como dar asilo a alguns políticos e familiares próximos ao presidente deposto Washington Luiz, refutar a crítica de jornalistas e intelectuais católicos à perseguição religiosa que se dava no México, além de participar na organização de conferências e arbitragens importantes no panorama sul-americano. Além de tudo isso, o escritor conseguiu, devido às suas habilidades políticas e também ao seu próprio prestígio como escritor, que o México e a sua cultura ocupassem um espaço maior na vida intelectual e cultural da capital do país. Requistado pelos estudantes, homenageado pelos escritores e celebrado pelos diplomáticos, podemos dizer que a grande missão de Reyes foi consolidar a diplomacia mexicana no Brasil e tornar o seu país mais conhecido no âmbito intelectual.

Tomando o exemplo de Reyes, acompanhemos a evolução dos intercâmbios culturais e intelectuais entre brasileiros e mexicanos. Em termos gerais, se buscarmos referenciais importantes nesse aspecto, encontraremos que, durante o período pesquisado, praticamente todos os intelectuais responsáveis por uma aproximação cultural, ainda que episódica e circunstancial entre os dois países, estiveram direta ou indiretamente relacionados à diplomacia. Essa situação mudaria significativamente com o golpe militar no Brasil. Nesse momento, o governo mexicano cumpriu um papel muito mais contundente em termos políticos, ao receber como exilados a vários intelectuais, estudantes e líderes sindicais perseguidos pelo novo regime. Alguns professores se integraram às principais universidades do país e realizaram um labor crítico e formativo importantíssimo, agora sim, distante do âmbito oficial e sem nenhum compromisso com ele.⁵

De qualquer forma, quanto ao período que estamos trabalhando, não podemos negar que nem tudo foi ameno e tranquilo, apesar da distância cortês que o caracterizou, distância que nem a ação diplomática aguda e eficiente de embaixadores como Alfonso Reyes, no Brasil, e Abelardo Roças,⁶ no México, foi capaz de diminuir de maneira significativa. De

fato, os representantes governamentais, responsáveis pela manutenção das relações entre os dois países, tiveram que enfrentar situações politicamente complexas e desgastantes. Todo o relacionado com a questão diplomática gerada entre os governos do Brasil e do México em torno de Luís Carlos Preste, entre 1937 e 1941, ilustra uma relação que, ao contrário do que disse Manuel Tello na epígrafe deste trabalho nem sempre foi feliz.⁷ Ainda assim, é possível estabelecer um quadro indicativo do trabalho de difusão, criação e intercâmbio cultural e intelectual que promoveram e, nesse sentido, reforçar uma vez mais que foi justamente no âmbito diplomático que estes momentos relativamente escassos puderam acontecer. De fato, durante estes anos, não é possível detectar a organização de redes ou formações culturais compostas de mexicanos e brasileiros. A ausência de seguimento dos escassos convênios e acordos culturais que foram propostos no período confirma que as relações culturais e intelectuais entre os dois países se reduziam, então, quase que totalmente a uma história de contatos pessoais entre intelectuais e escritores.

Um detalhe importante para comparar os alcances e a natureza da diplomacia mexicana e da brasileira está na composição de seu corpo de funcionários. Nesse momento, o corpo de funcionários do serviço exterior brasileiro já era ocupado por pessoal de carreira e a presença de pessoal externo tornou-se mais circunstancial. No México, a situação era diferente, o que explica a presença freqüente de intelectuais e escritores em postos diplomáticos (ao lado, muitas vezes, de políticos ou militares “agraciados” com algum posto no exterior como uma forma legítima para a sua retirada estratégica e normalmente temporária da esfera da política doméstica). O caso de Alfonso Reyes, é importante ressaltar, era distinto, pois sempre foi um funcionário de carreira.⁸ No entanto, não sucedeu o mesmo com vários de seus ex-colegas da quase mítica agremiação cultural “Ateneo de la Juventud”. Pablo Henríquez Ureña, Antonio Caso, Isidro Fabela e o próprio Vasconcelos, entre outros, assumiram missões diplomáticas ou atividades culturais de caráter diplomático sem ser funcionários da Secretaria de Relaciones Exteriores, nem ter recebido uma formação profissional em serviço exterior. Estes intelectuais, envolvidos com a política mexicana e com projetos políticos e culturais próprios ou eventualmente coletivos, atuaram como funcionários durante períodos curtos, que souberam aproveitar, também, para desenvolver seus próprios interesses artísticos, literários ou acadêmicos. Se tomarmos como exemplo os nomes que acabei de mencionar, veremos que apesar de que nenhum deles chegou a liderar

movimentos culturais ou intelectuais de fôlego, em termos continentais, contribuíram para estabelecer alguns canais de intercâmbio internacional e, principalmente, para ampliar a presença intelectual e cultural do México nos países em que cumpriram suas missões.

O caso brasileiro, como acabo de mencionar, era distinto. Em lugar de “intelectuais-funcionários”, o ministério de relações exteriores do país contava com “funcionários intelectualizados”, preparados profissionalmente para pertencer ao seu corpo diplomático. Assim, enquanto o Brasil recebia um embaixador como Alfonso Reyes,⁹ no México, a representação diplomática brasileira estava nas mãos de diplomatas de carreira sem grande projeção no mundo intelectual, artístico e inclusive político.¹⁰

Elementos como estes justificam que, durante o período estudado, tendamos a associar as relações culturais e intelectuais entre o México e o Brasil não só ao campo diplomático como, principalmente, a estas duas figuras de destaque, Vasconcelos e Reyes que, no exercício de seus labores diplomáticos, conseguiram criar alguns momentos de interessante intercâmbio e cooperação entre mexicanos e brasileiros.

José Vasconcelos foi muito importante para a inclusão do Brasil no universo cultural e inclusive no imaginário latino-americano, apesar dos escassos resultados práticos de sua visita ao país. O fato de haver escolhido o Brasil para berço de sua tão generosa e polêmica “raça cósmica” o comprova, da mesma maneira que os versos do poeta mexicano que o acompanhou, Carlos Pellicer, e do também jovem poeta brasileiro Ronald de Carvalho, que chegou a visitar o México, convidado pelo ministro, e ali escreveu um libelo ibero-americanista, *Toda América*.

Alfonso Reyes, como já vimos, também cumpriu um admirável papel. Estudar os seus movimentos no panorama político brasileiro e suas relações com a intelectualidade local é uma maneira de entender não só a presença do México no Brasil, como a presença do Brasil na própria obra de Reyes. Na análise de sua correspondência privada, chama a atenção o ressentimento do mexicano com relação ao “abandono” que lhe impuseram os brasileiros depois de seu regresso ao México. No entanto, a análise de sua produção intelectual e política no período nos leva a observar que, ainda que Reyes tenha escrito alguns poemas de temática brasileira e tenha participado de maneira ativa na vida intelectual carioca (foi amigo de poetas importantes como Manuel Bandeira, Cecília Meireles e o próprio Ronald de Carvalho que acabou por entrar à carreira diplomática),

nunca pareceu dedicar ao Brasil, à sua cultura e à sua literatura um lugar de muita importância, seja em termos de projetos pessoais, seja em termos de projetos coletivos ou institucionais. É interessante inclusive observar em algumas das cartas que escreveu estando no Brasil, as saudades permanentes que guardava do contexto argentino, que lhe parecia intelectualmente muito mais interessante que o brasileiro e, finalmente, hispânico e europeu.

Do que acabo de dizer, o que podemos concluir é que Reyes, como funcionário do serviço exterior mexicano, foi acima de tudo funcionário. Como escritor e intelectual, interessou-se pelo Brasil, mas não o incorporou como um tema freqüente à sua obra criativa. Já Vasconcelos, ao criar sua utopia da raça cósmica, reforçou a concepção do Brasil como país do futuro -que não era apenas sua, mas refletia um dos sentimentos representativos do momento acerca da América como uma espécie de oásis futuro ou lugar de redenção. Talvez devido ao curto período que esteve no Brasil e à imagem idílica que construiu sobre sua viagem, Vasconcelos tenha sido mais generoso que Reyes, ainda que certamente muito mais romântico. De qualquer maneira, ambos, Reyes e Vasconcelos, cumpriram suas missões e cada um à sua maneira pôde difundir o México no Brasil e levar um pouco, ainda que na realidade não muito, do Brasil ao México. Souberam, ademais, construir círculos de interlocutores ao seu redor, reforçando o seu próprio papel e presença entre os intelectuais do país.

Anos depois, para ser mais exata em 1955, quatro antes de que ambos morressem, o escritor brasileiro Érico Veríssimo -ele também funcionário (nesse caso da OEA)- visitou o México e escreveu um lindo livro em que relata o que viveu nos meses em que percorreu o país, conheceu sua gente e falou com seus intelectuais. Em *México, história duma viagem*, Veríssimo destina um capítulo a Reyes. No entanto, encontra-se em três ocasiões com Vasconcelos e narra em três capítulos a versão da história do México que o polêmico escritor lhe transmitiu. Veríssimo se deixa levar muito mais pelo arrebatado político que pelo contido intelectual, a quem nem sequer chegou a conhecer pessoalmente. Ao publicar seu livro no Brasil, Veríssimo também cumpriu um papel importante: difundiu a cultura mexicana, refletiu sobre a América Latina, analisou de forma comparativa México e Brasil e reforçou a idéia de que entre vizinhos distantes como continuamos sendo, o intercâmbio

intelectual e cultural ainda tem uma dívida importante com as relações diplomáticas e com os seus representantes.

NOTAS

¹ O reconhecido poeta Amado Nervo, por exemplo, cumpriu uma função apoteótica como ministro plenipotenciário do México na Argentina, Uruguai e Paraguai. Um poeta de prestígio no papel de representante oficial do México indicava o verdadeiro grau de “civilização” daquele país, cujo governo recorria a artistas e intelectuais para representá-lo no exterior.

² Vale a pena recordar que a criação do PNR se deu sob a presidência interina de Emilio Portes Gil (1928-1930). Durante a sua presidência, a de Pascual Ortíz Rubio (1930-1932), quem venceu o próprio José Vasconcelos de maneira fraudulenta e com o aberto apoio de Calles, e a de Abelardo Rodríguez (1932-1934), a presença de Calles nos bastidores foi notória e incisiva.

³ Uma exceção entre os intelectuais seria o escritor Manuel Bonfim. Em *América Latina: males de origem*, navegando na contracorrente, tanto dos otimistas construtores de uma visão idealizada e harmoniosa do continente, quanto do pessimismo de grande parte dos intelectuais marcados pelo evolucionismo e pelos determinismos de raça, meio e clima, Bomfim observou a presença de um inusitado elemento de identidade entre o Brasil e os países hispano-americanos. Tal elemento afastava, simultaneamente, qualquer explicação simplista do atraso continental e qualquer possibilidade de apologia essencialista da unidade latino-americana. Para Bonfim, toda a América Ibérica padecia do mesmo mal: o peso de seu passado colonial e de sua nefasta herança, materializada em elites parasitárias, incapazes e destituídas de qualquer interesse por construir um projeto nacional e, conseqüentemente, continental autônomo.

⁴ Relembremos, porém, que a partir de 1930 essa reacomodação foi necessária e Vargas a realizou.

⁵ Para entender o que poderíamos definir como uma segunda etapa das relações culturais e intelectuais entre brasileiros e mexicanos, é necessário acompanhar a circulação e o intercâmbio de idéias e profissionais que, a partir dos anos 60, vai-se consolidando no âmbito acadêmico, cada vez mais autônomo com relação à esfera estatal. No campo da história intelectual tanto brasileira como mexicana, ainda falta um estudo substantivo que analise o papel de alguns professores brasileiros que trabalharam com afinco nas universidades mexicanas, entre os quais os nomes de Vânia Bambilra, Teotônio dos Santos e Rui Mauro Marini, vinculados à vertente mais crítica da teoria da dependência, devem ser lembrados.

⁶ Abelardo Roças, diplomata de carreira do Itamaraty, foi embaixador do Brasil no México de 1931 a 1939. (cf. Huerta y Casado, *Relaciones Diplomáticas México-Brasil. 1822-1959. Guía documental*. México, SRE- Embaixada do Brasil no México, 1994, p. 240).

⁷ Episódios como o asilo à família de Prestes e as manifestações a favor do preso político no México, entre outros, estão muito bem documentados por Guillermo Palacios em *Intimidades, conflictos y reconciliaciones. México y Brasil. 1822-1993*. México, Secretaría de Relaciones Exteriores, 2001.

⁸ Não podemos esquecer, porém, que sua entrada ao serviço diplomático se deu de maneira não “profissional”. Com a morte de seu pai, o general Bernardo Reyes, durante o golpe de Victoriano Huerta, a quem apoiava, contra o presidente Francisco Madero, Reyes teve que abandonar o país. Foi aceito num posto menor, na representação diplomática do México na França. Deixou o trabalho posteriormente e, depois de viver na Espanha, como jornalista, acabou por regressar à carreira.

⁹ Escritores como José Rubén Romero e José Manuel Puig Casauranc foram embaixadores do México no Brasil. Antes, nos anos dez, o poeta e jornalista Victoriano Salado Álvarez foi ministro plenipotenciário do México em nosso país. Entre os combatentes revolucionários que depois assumiram postos no governo, foram embaixadores no Brasil Aarón Sáenz e o já mencionado Isidro Fabela (cf. Huerta y Casado, *op. cit.*).

¹⁰ No entanto, é fundamental observar que seus relatórios e documentos, apesar de um aparente “baixo perfil”, refletem uma visão intelectual e cultural rica e interessante. Estes materiais podem funcionar como um importante elemento de análise da história diplomática brasileira e ajudar a entender as relações culturais, intelectuais e políticas entre o Brasil e o México.